

A questão agrária e a agricultura familiar: uma morte anunciada e não concretizada.

Fernando Pereira dos Santos¹

Livro: *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*
Autor: José Eli Veiga
Editora: Edusp
São Paulo, 2007

Livro: *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*
Autor: Ricardo Abramovay
Editora: Edusp
São Paulo, 2007

O relançamento desses dois livros não poderia vir em melhor hora: o mundo todo discute o problema da escassez e do aumento dos custos dos alimentos.

Os autores, com abordagens diferentes, discutem os caminhos percorridos pela agricultura moderna, surgida ainda nos séculos XVIII e XIX, até os dias de hoje. Publicados inicialmente no início dos anos 1990, os dois livros são complementares e seus autores, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, professores da FEA/USP, apresentam-nos argumentos históricos que mostram que o tão decantado fim da agricultura familiar não se realizou, pelo contrário: “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas” (Abramovay).

Eli da Veiga inicia sua argumentação apontando para a contradição: os países mais desenvolvidos, com sua economia baseada na liberalização de mercados, em se tratando de agricultura, são os mais protecionistas. Contradição também ressaltada por Abramovay, que compara o agricultor ao besouro: “O besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade.” Em suma, o que os dois autores querem mostrar é o caráter particularíssimo que a agropecuária assume na teoria econômica.

E não só no mundo capitalista. Essa insuficiência também deixou suas marcas na experiência soviética. Abramovay mostra isso de forma bastante nítida, ao salientar a ausência de uma teoria da questão agrária em Marx, lacuna mal preenchida pelas tentativas de Lênin e Kautsky, que preconizam a coletivização das terras e a inevitabilidade da proletarianização no campo. Abramovay também recorre a autores menos conhecidos, como o russo Alexander Chayanov, que, na contramão dos revolucionários soviéticos, via no campesinato e na produção familiar alternativas para o desenvolvimento agrícola. Assim como Veiga, Abramovay analisa historicamente a questão agrária em diferentes países e mostra como se deu a “resistência” da agricultura familiar e sua preponderância na produção de alimentos.

Veiga analisa historicamente o papel da agricultura no desenvolvimento capitalista nos principais países do mundo e mostra que a oposição entre a noção de pequena e grande

¹ Ex-presidente da ADUFG, é professor do Cepae/UFG e doutorando em Ciências Ambientais no Ciamb/UFG.

propriedade não consegue explicar as formas de produção que podem ser consideradas essenciais: “o que surge com clareza quando se adota uma perspectiva histórica é a constante oposição e coexistência entre as formas ‘familiar’ e ‘patronal’ de produção no setor agropecuário”.

Num país como o Brasil, onde a questão agrária nunca foi realmente enfrentada, a discussão proposta por Veiga e Abramovay coloca-se de forma ainda mais atual. A questão da reforma agrária, enfrentada pelos países centrais ainda nos séculos XVIII e XIX, não conseguiu avançar por aqui, assumindo muito mais um discurso ideológico do que uma política efetiva para o desenvolvimento da nossa agricultura. O recente *boom* do agronegócio traz à tona velhas discussões.

O Brasil, que detém quantidade de terras e condições climáticas excepcionais para a produção agrícola, coloca-se na vanguarda não só da produção de alimentos, mas também na mais recente possibilidade da agricultura: a produção de biocombustíveis. Sem dúvida, as discussões trazidas por Veiga e Abramovay colocam-se ainda de forma mais importante neste momento em que o mundo todo discute esta nova possibilidade para a agricultura.

Em Goiás, onde predomina o Cerrado, com terras de baixa fertilidade e condições climáticas não tão favoráveis à pequena agricultura (longo período de estiagem durante o ano), essas condições desfavoráveis, a exemplo de outras situações históricas mostradas pelos autores, não impedem que a produção agrícola desafie as previsões econômicas e que se mantenha como importante componente no desenvolvimento do Estado. A força do crescimento econômico goiano assenta-se no agronegócio, com o uso intenso e crescente da tecnologia para o que muitos já chamam “produção de terras”.

Veiga encerra seu livro mostrando que a questão da distribuição de terras no Brasil não está superada, como pretendem alguns. Exemplos históricos de outros países jogam por terra os argumentos de economistas de que não seria necessária a distribuição de terras para o desenvolvimento agrícola brasileiro. O autor cita como exemplos os efeitos da distribuição de terras em países como a Coreia do Sul e Taiwan, que apostaram nas virtudes da agricultura familiar e nos quais a redistribuição de renda alicerçou sua recente fase de crescimento acelerado.

Abramovay sustenta que “a agricultura brasileira ainda não enfrentou o dilema em torno do qual se estruturou o desenvolvimento agrícola dos países capitalistas avançados”. Até agora, a grande beneficiária das políticas estatais foi a grande agricultura patronal, e não a sociedade, que nunca usufruiu da garantia de um rebaixamento durável dos preços dos alimentos, condição imprescindível para uma mudança nos padrões de consumo. E termina levantando uma dúvida: “resta saber se a atual estrutura produtiva do capitalismo agrário brasileiro será capaz de progredir no quadro desse rebaixamento ou se, para levar adiante uma política durável de redistribuição de renda, o próprio padrão de crescimento na agricultura terá de ser modificado”.

Em suma, os dois autores apresentam fatos e propõem questões importantes para o desenvolvimento de uma teoria da questão agrária no Brasil. Um prato cheio para nossos economistas, sociólogos e estudiosos deste tema, que teima em continuar atual.